



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 397/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1488/2015 (2 Vols).

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Serviço de Pronto Atendimento Zona Sul – SPA ZONA SUL.

4- Exercício: 2014.

5- Responsável: Sra. Lúcia Maria da Silva Ramos, Diretora do SPA ZONA SUL e Ordenadora de Despesas, à época.

6- Unidade Técnica: DICAD-AM – Informação nº 66/2016 (fls.342/343).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2130/2016-MPC-CASA, do Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas (fls. 344/345).

8- Relator: Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Serviço de Pronto Atendimento Zona Sul. Exercício de 2014.

Contas Regulares com ressalvas. Quitação. Recomendação à Origem e às Comissões vindouras. Determinação à SEPLENO.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Regular com Ressalvas, nos termos do artigo 1º, II, 22, II, e 24 da Lei nº. 2423/1996; e artigos 188, § 1º, II, e 189, II, da Resolução 04/2002 – TCE/AM, a Prestação de Contas do Serviço de Pronto Atendimento Zona Sul – SPA ZONA SUL, de responsabilidade da Sra. **Lúcia Maria da Silva Ramos**, Diretora e Ordenadora de Despesa, no exercício de 2014, recomendando à origem, maior presteza e zelo em relação às prestações de contas futuras, para que se atendam as orientações descritas no Relatório Conclusivo, cujas cópias reprográficas deverão ser remetidas àquela Unidade de Saúde;

9.2- Dar Quitação à Sra. **Lúcia Maria da Silva Ramos**, nos termos dos arts. 24 e 72, II, ambos da Lei n. 2423, de 10/12/1996, c/c o art. 189, II, da Resolução 04/2002 – TCE/AM;

9.3- Recomendar à origem que nos exercícios futuros sejam observadas e cumpridas com rigor às determinações contidas nos dispositivos legais subscritos:



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 397/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.3.1- Tome as providências para cobrar da CGE a emissão do Relatório e Certificado de Auditoria com o Parecer do dirigente do Órgão de Controle Interno junto à prestação de contas, consoante o que prescreve o inciso III, do art. 10, da Lei Orgânica do TCE/AM -Lei Estadual nº 2.423/96;

9.3.2- Proceda o lançamento de informes dos Editais de Licitações em PDF pela Unidade Gestora ao Tribunal, via sistema E.Contas no campo ANEXO DA LICITAÇÃO;

9.3.3- Proceda o lançamento de informes dos Termos de Contrato em PDF pela Unidade Gestora ao Tribunal; via sistema E.Contas no campo ANEXO DO CONTRATO;

9.3.4- Proceda o lançamento de informes em PDF, via sistema E.Contas, do número de autorização das compras geradas através do E.compras.AM – SEFAZ, pela Unidade Gestora ao Tribunal;

9.3.5- Preencha corretamente o Inventário do Material Permanente da Unidade em destaque;

9.3.6- Execute um planejamento prévio, ao término de cada exercício, para as suas aquisições-compras de medicamentos, laboratorial hospitalar, serviços de limpeza, serviços de manutenção e conservação de bens imóveis, serviços de confecção gráfica aquisição de material de expediente e outros de extrema necessidade ao funcionamento das atividades da área meio e fim da referida Casa de Saúde, de modo a evitar a realização de despesas que possam caracterizar fracionamento, evitando desta forma as penalidades impostas por este Tribunal;

9.4- Recomendar às Comissões vindouras deste Tribunal, designadas a procederem inspeções ordinárias “ in loco ” ou analíticas via sistema E.Contas na Unidade de Saúde em epígrafe, em exercícios futuros, para que observem se há reincidência nas restrições constantes neste voto, caso persistam, deverão ser passivas de imposições de multas por esta Corte de Contas aos responsáveis pelas execuções das despesas, na forma prevista no art. 54, inciso VII, da Lei nº. 2.423/96 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado)

9.5- Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que adote as providências previstas no artigo 162, § 1º, da Resolução 04/2002 - TCE/AM.

10- Ata: 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 04 de Maio de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

ACÓRDÃO Nº 397/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral